CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. OFENSA REFLEXA. RECURSO
EXTRAORDINÁRIO

Agravo de Instrumento n. 284.948-5 (953)

Proced.: Rio de Janeiro

Relator: Min. CELSO DE MELLO

Agte.: Exceller Agência de Viagens Turismo e Câmbio Ltda.

Advdos.: Rafaela Faroni Ganem e outros

Agdo.: José Antonio Nunes Alves

Adv.: José Antonio de Mendonça

DECISÃO: A parte ora agravante, ao deduzir o recurso extraordinário em questão, *sustentou* que a decisão recorrida *teria* vulnerado o preceito inscrito no art. 93, inciso IX, da Constituição.

A *jurisprudência* do Supremo Tribunal Federal tem *reiteradamente* enfatizado que as *alegações* de desrespeito aos postulados da legalidade, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, do devido processo legal, dos limites da coisa julgada e da prestação

jurisdicional *podem* configurar, *quando muito*, situações caracterizadoras de ofensa meramente *reflexa* ao texto da Constituição (RTJ 147/251 — RTJ 159/328 — RTJ 161/284 — RTJ 170/627-628 — Ag. 126.187-ES (AgRg), Rel. Min. CELSO DE MELLO — Ag. 153.310-RS (AgRg), Rel. Min. SYDNEY SANCHES — Ag. 185.669-RJ (AgRg), Rel. Min. SYDNEY SANCHES — Ag. 192.995-PE (AgRg), Rel. Min. CARLOS VELLOSO — Ag. 257.310-DF (AgRg), Rel. Min. CELSO DE MELLO — RE 254.948-BA, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.), o que *não basta*, só por si, para *viabilizar* o acesso à via recursal extraordinária.

A espécie ora em exame *não* foge aos padrões acima mencionados, *refletindo*, por isso mesmo, possível situação de *ofensa indireta* às prescrições da Carta Política, circunstância essa que *impede* — como *precedentemente* já

ênfatisado — o próprio conhecimento do recurso extraordinário (RTJ 120/912, Rel. Min. SYDNEY SANCHES — RTJ 132/455, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Sendo assim, e pelas razões expostas, nego provimento ao presente agravo de instrumen-

to, eis que se revela inviável o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2001.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator